

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

PROTOCOLO

Data de Término do Preenchimento: 13/08/2004

Responsável: José Valério Arêas

DDD e Telefone: 48 2316153

Quantidade de Disquetes Gerados: 1

OSVALDO MENDES

Diretor de Relações com Investidores

ASSINATURA

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
4 - NIRE 42300011274		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA SC 404 - KM3		2 - BAIRRO OU DISTRITO ITACORUBI		
3 - CEP 88034-900	4 - MUNICÍPIO FLORIANÓPOLIS			5 - UF SC
6 - DDD 48	7 - TELEFONE 231-6011	8 - TELEFONE 231-6030	9 - TELEFONE 231-6150	10 - TELEX 482148
11 - DDD 48	12 - FAX 231-6530	13 - FAX 231-6039	14 - FAX -	
15 - E-MAIL http://www.celesc.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME OSVALDO MENDES				
2 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA SC 404 - KM 3			3 - BAIRRO OU DISTRITO ITACORUBI	
4 - CEP 88034-900	5 - MUNICÍPIO FLORIANÓPOLIS			6 - UF SC
7 - DDD 48	8 - TELEFONE 231-6011	9 - TELEFONE 231-6030	10 - TELEFONE 231-6150	11 - TELEX 482148
12 - DDD 48	13 - FAX 231-6530	14 - FAX 231-6039	15 - FAX -	
16 - E-MAIL osvaldom@celesc.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2004	31/12/2004	2	01/04/2004	30/06/2004	1	01/01/2004	31/03/2004
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Boucinhas & Campos+Soteconti - Auditores Independentes S/S					10 - CÓDIGO CVM 00319-0		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Mário José Antunes					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 098.908.907-04		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2004	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2004	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2003
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	310.543	310.543	310.543
2 - Preferenciais	460.889	460.889	460.889
3 - Total	771.432	771.432	771.432
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatual
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 112 - Energia elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PROD. DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 13/08/2004	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00246-1	CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2004	4 - 31/03/2004
1	Ativo Total	3.189.128	3.160.796
1.01	Ativo Circulante	971.010	986.596
1.01.01	Disponibilidades	130.093	115.394
1.01.01.01	Disponível	130.093	115.394
1.01.02	Créditos	824.984	854.278
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	594.404	603.335
1.01.02.02	Títulos a Receber	109.425	105.880
1.01.02.03	Devedores Diversos	65.111	49.449
1.01.02.04	Impostos a Recuperar	36.851	38.799
1.01.02.05	Provisão para Devedores Duvidosos	(133.362)	(112.559)
1.01.02.06	Conta de Comp. Var. de Custos Parcela A	152.555	169.374
1.01.03	Estoques	15.358	16.233
1.01.03.01	Almoxarifado	15.358	16.233
1.01.04	Outros	575	691
1.01.04.01	Despesas Pagas Antecipadamente	575	691
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	785.335	765.191
1.02.01	Créditos Diversos	784.328	765.136
1.02.01.01	Depósitos Judiciais	29.235	26.486
1.02.01.02	Contas a Receber do Gov. Estado de SC	45.330	48.198
1.02.01.03	Imp. de Renda e Contr. Social Diferidos	346.259	346.955
1.02.01.04	Impostos a Recuperar	19.869	20.493
1.02.01.05	Investimentos Temporários	85.456	83.660
1.02.01.06	Títulos a Receber	71.968	68.008
1.02.01.07	Conta de Comp. Var. de Custos Parcela A	186.211	171.336
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	1.007	55
1.02.03.01	Outros Créditos	1.007	55
1.03	Ativo Permanente	1.432.783	1.409.009
1.03.01	Investimentos	89.710	89.710
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	89.710	89.710
1.03.02	Imobilizado	1.343.073	1.319.299
1.03.03	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00246-1	CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2004	4 - 31/03/2004
2	Passivo Total	3.189.128	3.160.796
2.01	Passivo Circulante	767.940	775.371
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.476	11.289
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	386.028	377.303
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	113.878	120.365
2.01.05	Dividendos a Pagar	3	3
2.01.06	Provisões	55.628	52.760
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	201.927	213.651
2.01.08.01	Encargos de Dívidas	4.480	3.761
2.01.08.02	Encargos do Consumidor	20.209	19.508
2.01.08.03	Benefício Pós-Emprego	62.054	57.533
2.01.08.04	Programa PAES	22.320	22.820
2.01.08.05	Juros sobre Capital Próprio	5.399	26.027
2.01.08.06	Folha de Pagamento e Encargos Sociais	7.969	7.558
2.01.08.07	Conta de Comp. Var. de Custos Parcela A	5.080	5.676
2.01.08.08	Encargo de Capacidade Emergencial	53.552	54.775
2.01.08.09	Outras Obrigações	20.864	15.993
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.567.692	1.553.493
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	32.346	33.319
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	135.247	132.424
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	1.400.099	1.387.750
2.02.05.01	Obrigações Especiais	233.674	232.665
2.02.05.02	Obrigações Fiscais	121.055	112.402
2.02.05.03	Benefício Pós-Emprego	1.042.731	1.039.571
2.02.05.04	Conta de Comp. Var. de Custos Parcela A	0	473
2.02.05.05	Outras	2.639	2.639
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	853.496	831.932
2.05.01	Capital Social Realizado	696.200	696.200
2.05.01.01	Capital Social Atualizado	696.200	696.200
2.05.02	Reservas de Capital	(14)	0
2.05.02.01	Doações e Subvenções para Investimento	0	0
2.05.02.02	Remuneração de Bens e Direitos	0	0
2.05.02.03	Outras Reservas de Capital	(14)	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	77.577	81.577
2.05.04.01	Legal	4.930	4.930
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00246-1	CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2004	4 -31/03/2004
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	66.544	65.661
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	6.103	10.986
2.05.04.07.01	Recursos para Aumento de Capital	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	79.733	54.155

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2004 a 30/06/2004	4 - 01/01/2004 a 30/06/2004	5 - 01/04/2003 a 30/06/2003	6 - 01/01/2003 a 30/06/2003
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	935.935	1.890.207	660.072	1.360.726
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	854.938	1.727.730	620.109	1.285.054
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	2.946	6.716	3.658	7.239
3.01.03	Encargo de Capacidade Emergencial	57.406	109.846	24.053	49.657
3.01.04	Encargo de Aquisição E. E. Emergencial	(2)	5.659	0	0
3.01.05	Outras Receitas	20.647	40.256	12.252	18.776
3.02	Deduções da Receita Bruta	(328.476)	(645.878)	(194.177)	(401.849)
3.02.01	ICMS sobre Energia Elétrica	(201.480)	(404.474)	(142.139)	(294.481)
3.02.02	ISS	(15)	(31)	(8)	(26)
3.02.03	Reserva Global de Reversão - RGR	(2.327)	(2.429)	(3.968)	(8.200)
3.02.04	Cofins	(69.872)	(127.769)	(19.802)	(40.822)
3.02.05	Pasep	(15.149)	(30.760)	(10.891)	(22.452)
3.02.06	Encargo de Capacidade Emergencial	(39.633)	(76.568)	(17.369)	(35.868)
3.02.07	Encargo Aquisição E. E. Emergencial	0	(3.847)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	607.459	1.244.329	465.895	958.877
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(555.548)	(1.133.067)	(419.255)	(823.365)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	(308.250)	(588.542)	(240.059)	(475.580)
3.04.02	Energia Elét. Com. p/ Revenda - C. Prazo	(5.023)	(9.229)	(12.790)	(17.443)
3.04.03	Encargos de Uso da Rede Elétrica	(41.205)	(83.069)	(41.617)	(78.832)
3.04.04	Pessoal	(65.687)	(138.009)	(58.642)	(117.585)
3.04.05	Material	(10.036)	(19.246)	(8.178)	(14.794)
3.04.06	Serviço de Terceiros	(28.049)	(54.849)	(22.473)	(45.647)
3.04.07	Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	(31.185)	(68.975)	(8.276)	(14.565)
3.04.08	Depreciação	(21.391)	(42.551)	(20.355)	(40.510)
3.04.09	Taxa de Fiscalização Aneel	(1.191)	(1.516)	(771)	(1.934)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2004 a 30/06/2004	4 - 01/01/2004 a 30/06/2004	5 - 01/04/2003 a 30/06/2003	6 - 01/01/2003 a 30/06/2003
3.04.10	Comp. Finan. p/ Utiliz. Rec. Hídricos	(554)	(999)	(360)	(925)
3.04.11	Provisão/Reversão p/ Contingências	(16.635)	(78.172)	11.161	14.309
3.04.12	Conta de Desenvolvimento Energético	(11.938)	(25.458)	(20.075)	(23.876)
3.04.13	Outras Despesas Operacionais	(14.404)	(22.452)	3.180	(5.983)
3.05	Resultado Bruto	51.911	111.262	46.640	135.512
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(16.100)	2.207	(23.725)	(74.047)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	(16.100)	2.207	(23.725)	(74.047)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	31.424	87.514	28.341	50.735
3.06.03.01.01	Renda de Aplicações Financeiras	591	935	6	9
3.06.03.01.02	Juros s/ Contas a Receber do Estado SC	1.131	1.959	768	1.518
3.06.03.01.03	Var. Mon. e Acrés. Mor. s/ Ener. Vendida	6.336	14.837	6.934	12.318
3.06.03.01.04	Atualização Parcela A e CVA	14.688	50.541	0	0
3.06.03.01.05	Variações Monetárias	7.103	16.772	19.473	31.355
3.06.03.01.06	Outras Receitas Financeiras	1.575	2.470	1.160	5.535
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(47.524)	(85.307)	(52.066)	(124.782)
3.06.03.02.01	Encargos de Dívidas	(6.116)	(11.615)	(5.252)	(10.926)
3.06.03.02.02	Variações Monet. s/ Empréstimos	0	0	174	(2.347)
3.06.03.02.03	Var. Mon. e Acrés. Mor. s/ En. Comprada	(9.115)	(12.957)	(6.695)	(9.913)
3.06.03.02.04	Reserva Matemática a Amortizar	(22.943)	(38.880)	(16.183)	(53.883)
3.06.03.02.05	CPMF	(3.654)	(6.626)	(2.583)	(5.254)
3.06.03.02.06	Variações Monetárias	(3.986)	(6.246)	(17.986)	(36.724)
3.06.03.02.07	Atualização de Títulos a Receber	(1.938)	(6.395)	0	0
3.06.03.02.08	Atualização Refis/Paes	(81)	(81)	(3.081)	(4.883)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00246-1	CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2004 a 30/06/2004	4 - 01/01/2004 a 30/06/2004	5 - 01/04/2003 a 30/06/2003	6 - 01/01/2003 a 30/06/2003
3.06.03.02.09	Outras Despesas Financeiras	309	(2.507)	(460)	(852)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	35.811	113.469	22.915	61.465
3.08	Resultado Não Operacional	5.107	9.177	1.913	2.657
3.08.01	Receitas	3.374	5.356	2.067	3.254
3.08.02	Despesas	1.733	3.821	(154)	(597)
3.08.02.01	Despesas Não Operacionais	(63)	(109)	(154)	(597)
3.08.02.02	Provisão p/ Desv. CRC e Inv. Temporários	0	0	0	0
3.08.02.03	Reversão Prov. Desv. CRC e Inv. Tempor.	1.796	3.930	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	40.918	122.646	24.828	64.122
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(5.990)	(17.798)	(101)	(8.333)
3.10.01	Provisão p/ Imposto de Renda	(4.126)	(12.627)	84	(5.733)
3.10.02	Provisão p/ Contribuição Social	(1.864)	(5.171)	(185)	(2.600)
3.11	IR Diferido	(9.350)	(25.115)	(7.868)	(13.265)
3.11.01	Imposto de Renda	(6.789)	(18.336)	(5.718)	(9.602)
3.11.02	Contribuição Social	(2.561)	(6.779)	(2.150)	(3.663)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	25.578	79.733	16.859	42.524

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2004 a 30/06/2004	4 - 01/01/2004 a 30/06/2004	5 - 01/04/2003 a 30/06/2003	6 - 01/01/2003 a 30/06/2003
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	771.432	771.432	771.432	771.432
	LUCRO POR AÇÃO	0,03316	0,10336	0,02185	0,05512
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS
(valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, tendo como acionista controlador o Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivos: executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado; realizar estudos, pesquisas e levantamentos socioeconômicos, com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; planejar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transporte, armazenamento, transformação, distribuição e comercialização de energia, principalmente a elétrica, bem como serviços correlatos; operar os sistemas diretamente, por meio de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia, particularmente a elétrica; desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração, distribuição e comercialização de energia, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos; pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos de produção energética, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos.

O Estado de Santa Catarina possui 293 municípios, sendo que a área de concessão da Celesc abrange 257 desses municípios, bem como um município no Estado do Paraná (Rio Negro). Além disso, 25 municípios são atendidos parcialmente, através de suprimento de energia, e 11 municípios por meio de venda de energia a cooperativas de eletrificação rural. A Companhia atende a um total de 1.917.346 consumidores e conta atualmente com um quadro de 3.490 empregados.

A Companhia opera com 12 usinas hidrelétricas gerando aproximadamente 2,9% da energia elétrica distribuída, sendo o restante fornecido pela Tractebel (50,5%), Itaipu (20,8%), Copel (17,3%), Petrobrás (7,5%) e demais fornecedores (1,0%).

Em 22 de julho de 1999, foi firmado com a ANEEL o Contrato de Concessão nº 56/99, no qual foram estabelecidas as condições para a exploração da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina, cuja vigência dar-se-á até 07 de julho de 2015. Conforme o referido Contrato, as tarifas de energia serão reajustadas anualmente, com base no Índice de Reajuste Tarifário - IRT.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL -- continuação

Como uma das condições de efetividade do Contrato firmado para exploração dos serviços da concessão, o acionista controlador obriga-se a organizar e a administrar separadamente os serviços de que é titular (geração e distribuição de energia elétrica) e a reorganizar societariamente a Concessionária, constituindo empresas juridicamente independentes destinadas a explorar tais serviços. A Companhia está adotando medidas necessárias visando viabilizar o cumprimento das cláusulas contratuais.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS UTILIZADAS NA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Contempla o saldo de aplicações financeiras que são registradas pelos valores originais aplicados, atualizadas até 30 de junho de 2004, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras. Contempla, também, o saldo mantido em conta-corrente bancária e os valores arrecadados e ainda não repassados pelos agentes arrecadadores.

b) Consumidores e Revendedores

Refere-se aos serviços medidos e faturados aos clientes pendentes de recebimento até 30 de junho de 2004. Contempla, ainda, as receitas decorrentes do fornecimento de energia elétrica ainda não faturadas, contabilizadas com base no consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

É constituída até o limite julgado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos créditos.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS UTILIZADAS NA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

d) Títulos a Receber

Corresponde a créditos derivados da venda de energia elétrica e outros, decorrentes de contratos de parcelamentos, acrescidos de encargos de mora até a data da negociação.

e) Almoxarifado

Refere-se a materiais destinados à manutenção das operações e contabilizados ao custo médio das compras. Os materiais destinados às construções são classificados como imobilizações em curso e avaliados pelo custo histórico.

f) Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina

Corresponde a dívidas do Governo do Estado de Santa Catarina assumidas junto à Companhia, acrescidas, quando aplicável, de juros e atualizações monetárias, calculados mensalmente segundo as disposições estabelecidas nos contratos firmados, conforme demonstrado na nota 7.

g) Despesas Pagas Antecipadamente

Refere-se principalmente aos custos incluídos na Conta de Compensação da Variação dos Valores de Itens da Parcela A - "CVA" e respectivas atualizações. Referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Diferidos foram calculados com base na sua alíquota efetiva e registrados no Ativo Realizável e Passivo Exigível a Longo Prazo, em virtude de diferenças temporárias consideradas no momento da sua apuração, saldos de prejuízos fiscais compensáveis e base de cálculo negativa da Contribuição Social Sobre o Lucro. Referidos tributos foram calculados à base de 25% para Imposto de Renda e 8% ou 9% para a Contribuição Social Sobre o Lucro, considerando para tanto o prazo esperado para a realização da correspondente base de cálculo. Tais tributos serão recuperados em operações futuras, conforme demonstrado na nota 9.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS UTILIZADAS NA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

i) Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para desvalorização, quando aplicável, conforme demonstrado nas notas 10 e 11.

j) Imobilizado

Apresenta-se registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido do encargo de depreciação calculado pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos junto a terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, estão registrados neste subgrupo como custo, conforme demonstrado na nota 12.

k) Fornecedores

Contempla, além das dívidas contraídas junto aos fornecedores de energia, materiais e serviços, o custo da energia de curto prazo adquirida no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, conforme demonstrado na nota 13.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

Referidos tributos são apurados com base no lucro tributável, ajustado segundo as disposições estabelecidas na legislação vigente e as correspondentes alíquotas vigentes (Imposto de Renda 15%, mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido e Contribuição Social Sobre o Lucro 9%).

m) Obrigações Especiais

Contempla os pagamentos efetuados por consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, registrados pelos valores originais das contribuições alocadas aos empreendimentos. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Em virtude de sua natureza, essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS UTILIZADAS NA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

n) Demonstração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classes de Consumo	30.06.2004					31.03.2004	
	Vincendos	Vencidos			Subtotal	Total	Total
		Até 90 dias	91 a 360	Mais de 360			
Consumidores							
Residencial	56.523	35.688	4.094	3.917	43.699	100.222	108.384
Industrial	91.371	27.357	12.965	34.566	74.888	166.259	156.113
Comercial	22.041	13.935	3.218	6.750	23.903	45.944	53.142
Rural	14.459	2.621	1.108	1.398	5.127	19.586	22.324
Poder Público	8.308	6.821	2.720	10.378	19.919	28.227	24.505
Iluminação Pública	1.473	476	696	10.171	11.343	12.816	12.537
Serviço Público	3.253	9.036	5.365	14.372	28.773	32.026	28.994
Encargo Cap. Emergencial	12.910	12.334	8.935	10.593	31.862	44.772	46.106
Enc. Aquis. E. E. Emerg.	145	1	343	-	344	489	807
Fornecimento Não Faturado	100.325	-	-	-	-	100.325	108.213
Outros Créditos	14.778	-	-	-	-	14.778	13.823
	325.586	108.269	39.444	92.145	239.858	565.444	574.948
Revendedores	27.862	-	-	1.098	1.098	28.960	28.387
Total Geral	353.448	108.269	39.444	93.243	240.956	594.404	603.335

Do valor total a receber em 30 de junho de 2004, os saldos vencidos de consumidores e revendedores totalizam R\$240.956 (R\$220.602 em 31 de março de 2004).

A Companhia vem desenvolvendo ações junto aos consumidores inadimplentes, visando à regularização dos valores vencidos. Tradicionalmente, as negociações são mantidas no âmbito de parcelamentos, não havendo exclusão de encargos moratórios, conforme determinação do órgão regulador.

Do saldo total em atraso, o montante de R\$126.028 (R\$107.486 em 31 de março de 2004), refere-se a valores que vêm sendo discutidos judicialmente, principalmente pelos consumidores industriais. Conforme demonstrado na nota 19, a Companhia registrou provisão para possíveis perdas no valor de R\$13.386 (R\$13.386 em 31 de março de 2004), incluída na rubrica "Provisão para Contingências", relativa, especificamente, à aplicação das Portarias 038 e 045 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. TARIFA SOCIAL DE BAIXA RENDA

O Governo Federal, pela Lei nº 10.438/2002, determinou às concessionárias do serviço público de energia elétrica a aplicação da tarifa social de baixa renda, com base nos novos critérios e enquadramento das unidades consumidoras.

A partir de maio de 2002, a Companhia promoveu o faturamento do fornecimento de energia elétrica, segundo as disposições estabelecidas nas Resoluções ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2002.

O Decreto Presidencial nº 4.538/2002 estabeleceu, ainda, que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda será custeado por subvenção econômica (artigo 5º da Lei nº 10.604/2002). A ANEEL, pelo Ofício Circular SFF/ANEEL nº 155/2003, divulgou os procedimentos para apuração e registro do ativo decorrente do reconhecimento da aplicação da nova tarifa social no que diz respeito à redução dos valores faturados, cujo saldo está assim representado:

	<u>30.06.2004</u>
Faturamento Baixa Renda até Dezembro de 2003	20.800
Faturamento Baixa Renda no 1º Semestre de 2004	9.111
Subvenção Econômica (Eletrobrás)	(9.392)
Subvenção Econômica (Eletrobrás)	(1.339)
Subvenção Econômica (Eletrobrás)	(2.725)
Total a Receber do Baixa Renda	<u>16.455</u>

6. TÍTULOS A RECEBER

Descrição	30.06.2004	31.03.2004
Montante negociado (atualizado)	181.393	173.888
Parcela de curto prazo	109.425	105.880
Parcela de longo prazo	71.968	68.008

Correspondem a créditos derivados da venda de energia elétrica e outros, oriundos de débitos em atraso, os quais foram objeto de negociação mediante contratos de parcelamentos, acrescidos de encargos de mora até a data de consolidação dos débitos.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Descrição	30.06.2004	31.03.2004
<i>Empréstimos para o Tesouro Estadual (i)</i>		
Principal	9.228	9.228
Juros	25.840	24.708
	35.068	33.936
<i>Programa Viva Luz (ii)</i>		
Principal	6.000	10.000
<i>Programa Rede Subterrânea (iii)</i>		
Principal	4.262	4.262
Total	45.330	48.198

- i) Entre 1985 e 1986, a Companhia concedeu vários empréstimos ao Tesouro Estadual, sendo que, em abril de 1988, foi firmado contrato com o Governo do Estado (acionista controlador), estabelecendo que as amortizações futuras seriam efetuadas mediante a retenção de dividendos devidos sobre lucros apurados. No exercício de 1997 e 1998, houve retenção de R\$2.984 e R\$2.058, respectivamente, relativos a dividendos propostos nos exercícios de 1996 e 1997, os quais foram utilizados para amortização parcial da dívida. O saldo apresentado (R\$35.068) inclui juros de 10% ao ano capitalizados trimestralmente.
- ii) Pelo Decreto nº 395, de 10 de outubro de 1995, do Governo do Estado de Santa Catarina, foi instituído o “Programa Catarinense de Eletrificação Rural - Viva Luz”, destinado a levar energia elétrica às regiões do interior do Estado. Segundo o referido Decreto, os recursos para custeio desse programa seriam oriundos de: a) 62,5% de participação do Estado; b) 12,5% de participação da Companhia; c) 25% de participação dos consumidores.
- Dessa forma, os recursos necessários à execução do citado programa seriam repassados à Companhia por meio de convênio específico. Em 29 de dezembro de 1995, foi firmado o Convênio GG-CC nº 001/95, no valor de R\$10.000, o qual se encontra registrado contabilmente como Contas a Receber do Estado de Santa Catarina, em contrapartida de Obrigações Especiais. Do total do Convênio firmado, foram amortizados o valor de R\$4.000, os quais foram repassados pelo Governo do Estado em 1996 a título de adiantamento para futuro aumento de capital, fato este que acabou não se concretizando.
- iii) Em junho 1995, a Companhia celebrou com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Florianópolis o convênio nº 007/95, referente à cooperação financeira para a implantação do “Programa Rede Subterrânea”, com a finalidade de substituir a rede aérea de distribuição de energia elétrica e a iluminação pública da cidade de Florianópolis por rede subterrânea. Os recursos, inicialmente orçados no montante de R\$3.908 para custeio do referido programa, considerava a seguinte participação: Governo do Estado (47,4%), Prefeitura Municipal de Florianópolis (47,4%) e o restante da Companhia (5,2%).

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE SANTA CATARINA -- continuação

Adicionalmente, foram firmados ainda mais dois termos aditivos ao citado Convênio ratificando os valores até então firmados, cujo montante final foi de R\$6.915, cabendo aos participantes a alocação dos recursos considerando os percentuais estabelecidos. O programa foi quitado com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, mediante a compensação da Taxa de Iluminação Pública - TIP, permanecendo registrada a parte do Governo do Estado de Santa Catarina, incluindo nesse montante os reajustes previstos pelo convênio.

8. CONTA DE COMPENSAÇÃO DA VARIAÇÃO DE VALORES DE ITENS DA "PARCELA A" - CVA

Conforme disposições contidas na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, Resolução ANEEL nº 482, de 29 de agosto de 2002, e Resolução Normativa nº 01 da ANEEL, a Companhia registrou como despesas antecipadas a variação dos valores de itens de custos denominados "Parcela A" (custos não gerenciáveis), apurados no período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001, que serão recuperados pela Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE. Consoante as disposições estabelecidas na Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, tais valores foram registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, considerando os prazos para sua recuperação, a qual teve início a partir de janeiro de 2004.

Da mesma forma, foram também registradas nesta rubrica as variações dos itens de custo da parcela A referentes ao período de 08 de julho de 2002 a 07 de julho de 2003, cuja recuperação, prevista para iniciar em 08 de agosto de 2003, foi adiada por doze meses pela Portaria Interministerial nº 116, de 04 de abril de 2003, editada pelos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia.

Adicionalmente, estão também incluídas nesta rubrica as variações dos itens de custo da parcela A referentes ao período de 08 de julho de 2003 a 30 de junho de 2004, cuja recuperação, prevista para iniciar-se a partir de 08 de agosto de 2004, depende de aprovação do órgão regulador.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA "PARCELA A" - CVA -- continuação

Descrição	Parcela A			CVA		TOTAL	
	Saldo 31/12/2003	Atualizações até 30/06/2004	Amortizações até 30/06/2004	Saldo 30/06/2004	Adiada 30/06/2004		CVA 30/06/2004
ATIVO							
Contrato Inicial - Tractebel	75.325	4.989	(25.912)	54.402	-	-	54.402
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	40.521	2.684	(13.939)	29.266	36.224	13.500	78.990
Repasse Potência de Itaipu	82.160	5.442	(28.263)	59.339	57.562	687	117.588
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	25.144	13.067	38.211
Encargos de Serviço do Sistema	-	-	-	-	18.152	10.883	29.035
Uso da Rede Básica	1.655	110	(569)	1.196	3.941	5.462	10.599
Repasse Potência de Itaipu - Adicional	-	-	-	-	7.244	-	7.244
Rede Básica Machadinho	-	-	-	-	1.101	-	1.101
Contrato Inicial - Copel	862	57	(296)	623	-	-	623
Transporte de Energia de Itaipu	118	8	(41)	85	98	357	540
Comp. Financ. Utiliz. Recursos Hídricos	159	11	(55)	115	33	-	148
Taxa de Fiscalização aneel	246	16	(84)	178	-	-	178
Conexão	149	9	(51)	107	-	-	107
Total no Ativo	201.195	13.326	(69.210)	145.311	149.499	43.956	338.766
Parcelas Classificadas no Ativo Circulante	201.195	13.326	(69.210)	145.311	7.244	-	152.555
Parcelas Classificadas no Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-	-	142.255	43.956	186.211
PASSIVO							
Reserva Global de Reversão - RGR	(7.033)	(466)	2.419	(5.080)	-	-	(5.080)
Total no Passivo	(7.033)	(466)	2.419	(5.080)	-	-	(5.080)
Parcelas Classificadas no Passivo Circulante	(7.033)	(466)	2.419	(5.080)	-	-	(5.080)
Parcelas Classificadas no Passivo Exigível a Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	194.162	12.860	(66.791)	140.231	149.499	43.956	333.686

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DIFERIDOS

Conforme Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, o ativo fiscal diferido será mantido segundo as estimativas de sua realização, tendo como fundamento a projeção de lucros e prazos estimados para sua realização.

Nesse sentido, a Companhia registrou contabilmente o Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias registradas nas Demonstrações Contábeis e incluídas na apuração do lucro real, porém indedutíveis neste momento, bem como sobre os saldos de prejuízo fiscal na apuração de Imposto de Renda e base negativa na apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro. O quadro a seguir demonstra as bases para a constituição e os respectivos cálculos dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social Sobre o Lucro, considerando os períodos estimados de sua realização:

Descrição	Períodos Estimados de Realização						Total
	2004	2005	2006	2007	2008 a 2010	2011 a 2013	
Contingências Trabalhistas	12.057	17.000	3.533	3.533	10.600	10.600	57.323
Imposto de Renda	3.014	4.250	883	883	2.650	2.650	14.330
Contribuição Social	1.085	1.530	318	318	954	954	5.159
Portaria 038/045 - DNAEE	827	827	1.467	1.467	4.399	4.399	13.386
Imposto de Renda	207	207	367	367	1.100	1.100	3.348
Contribuição Social	74	74	132	132	396	396	1.204
Ações Inden. (Acidentes e Desapropriação)	823	823	823	823	2.468	2.468	8.228
Imposto de Renda	206	206	206	206	617	617	2.058
Contribuição Social	74	74	74	74	222	222	740
Benefício Pós-Emprego (Deliberação 371 - CVM)	56.505	56.505	56.505	56.506	182.230	182.230	590.481
Imposto de Renda	14.126	14.126	14.126	14.127	45.557	45.558	147.620
Contribuição Social	5.085	5.085	5.085	5.086	16.401	16.401	53.143
Provisão p/ Desvalorização - Casan	-	-	-	-	-	25.272	25.272
Imposto de Renda	-	-	-	-	-	6.318	6.318
Contribuição Social	-	-	-	-	-	2.274	2.274
Provisão INSS - Notificação	-	-	-	-	26.252	-	26.252
Imposto de Renda	-	-	-	-	6.563	-	6.563
Contribuição Social	-	-	-	-	2.363	-	2.363
Prejuízo Fiscal	5.696	83.295	102.151	-	-	-	191.142
Imposto de Renda	1.424	20.824	25.538	-	-	-	47.786
Base Negativa Contribuição Social	6.840	82.017	91.763	-	-	-	180.620
Contribuição Social	616	7.382	8.259	-	-	-	16.257
Outras Provisões	31.025	10.649	11.593	23.893	21.299	10.650	109.109
Imposto de Renda	7.756	2.662	2.898	5.973	5.325	2.663	27.277
Contribuição Social	2.792	958	1.043	2.150	1.917	959	9.819
Base de Cálculo	113.773	251.116	267.835	86.222	247.248	235.619	1.201.813
Imposto de Renda	26.733	42.275	44.018	21.556	61.812	58.906	255.300
Contribuição Social	9.726	15.103	14.911	7.760	22.253	21.206	90.959

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

Descrição	30.06.2004	31.03.2004
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan	110.728	110.728
(-) Provisão para Desvalorização	(25.272)	(27.068)
Total	85.456	83.660

A participação societária da Companhia na Casan originou-se pela negociação do débito existente em dezembro de 1999, no valor de R\$90.730. Durante o ano de 2000, a Companhia procedeu à capitalização complementar no valor de R\$10.000 em numerário e mais R\$9.998 com negociação de débitos, passando o saldo do investimento para R\$110.728. O investimento corresponde a 55.364.810 Ações Ordinárias - ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais - PN, todas ao valor de R\$1,00 cada, subscritas e integralizadas, representando 19,3% do capital social da Casan.

A Companhia mantém o firme propósito de alienar o referido investimento, dentro do menor prazo possível, considerando as condições de mercado para negociação das ações. Nesse sentido, no exercício de 2001, obteve autorização da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para a alienação de sua participação acionária, conforme preconizado na Lei nº 11.719, de 19 de maio de 2001.

Em 13 de dezembro de 2001, foi realizado leilão público para venda dessa participação acionária, promovido pela Bolsa de Valores de São Paulo. Devido às condições adversas do mercado naquele momento, a referida venda não foi concretizada.

Está reconhecido, na rubrica Provisão para Desvalorização do Investimento, o valor de R\$25.272 referente ao deságio de 22,82% sobre o capital investido, decorrente dos resultados apresentados pela Casan, até 31 de março de 2004.

11. INVESTIMENTOS

Descrição	30.06.2004	31.03.2004
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	3.355	3.355
Machadinho Energética S.A. - Maesa	49.738	49.738
Dona Francisca Energética S.A.	16.513	16.513
Campos Novos Energia S.A. - Enercan	7.906	7.906
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	8.419	8.419
Outros Investimentos	4.693	4.693
(-) Provisão para Desvalorização de Investimentos	(914)	(914)
Total	89.710	89.710

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. IMOBILIZADO

Descrição	Taxas de Depreciação	30.06.2004		31.03.2004	
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
Em Serviço					
Geração					
Terrenos		291	-	291	291
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0%	17.626	(7.988)	9.638	9.720
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,0% a 4,0%	7.745	(5.592)	2.153	2.177
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 5,9%	20.899	(6.803)	14.096	12.802
		46.561	(20.383)	26.178	24.990
Distribuição					
Intangíveis		2.151	-	2.151	2.151
Terrenos		7.478	-	7.478	7.478
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,0%	41.071	(20.484)	20.587	20.919
Máquinas e Equipamentos	2,0% a 7,7%	1.754.269	(698.543)	1.055.726	1.049.960
		1.804.969	(719.027)	1.085.942	1.080.508
Administração					
Intangíveis		19.472	-	19.472	19.305
Terrenos		357	-	357	357
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,0%	11.440	(6.927)	4.513	4.626
Máquinas e Equipamentos	4,5% a 10,0%	49.523	(25.048)	24.475	25.348
Veículos	10,0%	32.801	(27.408)	5.393	4.532
Móveis e Utensílios	20,0%	5.279	(4.060)	1.219	1.288
		118.872	(63.443)	55.429	55.456
Total em Serviço		1.970.402	(802.853)	1.167.549	1.160.954
Em Curso					
Geração		2.453	-	2.453	4.156
Distribuição		172.918	-	172.918	152.917
Administração		153	-	153	1.272
Total em Curso		175.524	-	175.524	158.345
Total		2.145.926	(802.853)	1.343.073	1.319.299

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção e distribuição, inclusive na comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. FORNECEDORES

Descrição	30.06.2004	31.03.2004
Fornecedores de Energia Elétrica		
Eletrobrás	125.230	93.158
Tractebel	65.515	67.248
Energia Comprada no MAE	63.221	66.135
Copel	26.287	29.842
Maesa	21.883	25.776
Petrobrás	11.510	11.478
CSN Energia S.A	6.468	6.468
Lages Bioenergética	2.793	-
Furnas	2.340	2.325
Chesf	2.074	2.148
Eletrosul	2.064	4.740
Outros	19.641	19.279
Subtotal	349.026	328.597
Encargos de Uso da Rede Elétrica	22.203	22.205
Fornecedores de Materiais e Serviços	14.799	26.501
Total	386.028	377.303

O saldo apresentado na rubrica contábil Eletrobrás, está representado pelos débitos referentes ao repasse de energia elétrica de Itaipu relativo a períodos anteriores do qual R\$76.057 foi objeto de renegociação mediante Tremo de Confissão e Repactuação de Dívida firmado em 04 de agosto de 2004.

O saldo apresentado na rubrica Energia Comprada no MAE decorre de operações de compra e venda de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica. Os valores originalmente divulgados pelo MAE foram submetidos à análise dos auditores independentes contratados pela referida entidade. Por orientação desta, ficou definida a liquidação de 50% do débito a ser efetivada no ano de 2002. Em 03 de janeiro de 2003, a Companhia efetuou o pagamento parcial no valor de R\$42.250, com recursos captados junto ao BNDES.

Cumprindo orientações contidas no ofício circular nº 343/2002 - SFF/ANEEL, em relação ao registro contábil das transações ocorridas no âmbito do MAE no 1º trimestre de 2002, foram obtidos dessa última entidade os valores calculados preliminarmente, que resultaram num crédito de R\$53.749 favoráveis à Companhia.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. FORNECEDORES -- continuação

Embora a Companhia tenha aderido ao Acordo Geral do Setor Elétrico (nota 27), que abrange, inclusive, a parcela dos custos com a compra de energia elétrica no âmbito do MAE, a Companhia está buscando judicialmente o citado crédito.

Tendo em vista o Despacho nº 288, de 16 de maio de 2002, do Diretor Geral da ANEEL, a relevância do valor, com base em dados apenas preliminares, e o grau de incerteza em relação ao desfecho do questionamento judicial, a Administração da Companhia decidiu, conservadoramente, divulgar, mas não contabilizar, o valor envolvido. Tão logo este valor seja divulgado em definitivo, a Companhia promoverá o correspondente registro contábil.

Por força da Lei nº 5.899, de 05 de julho de 1973, a Companhia adquire compulsoriamente da Itaipu Binacional 4,37% da potência disponível para o Brasil. O faturamento mensal dessa potência é efetuado pela Eletrosul, com base na tarifa monômnia de potência estabelecida pelo Órgão Regulador.

De acordo com o Decreto nº 2.432, de 17 de maio de 1988, a Companhia paga à Furnas Centrais Elétricas S.A., pelo uso do sistema de transmissão que interliga a Usina de Itaipu ao sistema elétrico brasileiro, a mesma proporção da sua cota de potência. A tarifa aplicável ao faturamento desse encargo também é estabelecida em Resolução específica do Órgão Regulador.

Além da energia adquirida de Itaipu, a Companhia complementa os requisitos de demanda do seu mercado com a energia contratada com a Tractebel e a Copel por meio dos chamados "Contratos Iniciais". Esses contratos definem os montantes de potência e energia até o ano 2002 (inclusive). A partir de 2003, os montantes contratados são reduzidos a cada ano, extinguindo-se ao final de 2005.

Para cobrir essas reduções nos Contratos Iniciais e em eventuais necessidades além daqueles montantes, a Companhia deverá recorrer ao mercado competitivo, contratando energia com diferentes geradores por meio de acordos bilaterais de suprimento, ou recorrendo ao MAE.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

Os empréstimos e financiamentos contratados destinam-se aos programas de distribuição, geração, eletrificação rural e outros, e estão divididos em duas modalidades de contratos: Contratos de Empréstimos e Financiamentos - ECF, com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR; e Fundo de Financiamento da Eletrobrás e do Instrumento de Reconhecimento de Débitos - IRD, com recursos do Programa Nacional de Irrigação. A garantia, em caso de inadimplência, está vinculada aos recebíveis da contratante.

Os saldos dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas apresentam a seguinte composição:

Descrição	Indexador	Taxas de Juros	30.06.2004		31.03.2004	
			Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
<i>Em Moeda Nacional</i>						
Eletrobrás	UFIR/IGPM	5 a 8% a. a.	610	6.102	421	6.330
BNDES	Selic	1% a. m.	9.866	26.244	10.868	26.989
			10.476	32.346	11.289	33.319
Encargos de Dívidas						
<i>Em Moeda Nacional</i>						
Fundo de Pensão - Celos			2.234	-	2.156	-
BNDES			-	-	559	-
Eletrobrás e Outras Instituições			2.246	-	1.046	-
			4.480	-	3.761	-

A composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador é apresentada no quadro a seguir:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	30.06.2004		31.03.2004	
	R\$	%	R\$	%
Em Moeda Nacional				
UFIR/IGP-M	6.712	15,67	6.751	15,13
Selic	36.110	84,33	37.857	84,87
	42.822	100,00	44.608	100,00

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS -- continuação

A mutação dos empréstimos e financiamentos é apresentada no quadro a seguir:

	Moeda nacional	
	Curto Prazo	Longo Prazo
Em 31 de dezembro de 2003	12.298	34.468
Encargos	-	62
Transferências	1.211	(1.211)
Amortizações	(2.220)	-
Em 31 de março de 2004	11.289	33.319
Encargos	-	64
Transferências	1.037	(1.037)
Amortizações	(1.850)	-
Em 30 de junho de 2004	10.476	32.346

Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda / Indexador	Variação anual (%)	
	30.06.2004	30.06.2003
Selic	7,60	11,82
IGP-M	6,78	5,90

15. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	30.06.2004	31.03.2004
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	2.733	2.733
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	11.932	11.231
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	5.561	5.561
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	53.552	54.775
Taxa de Fiscalização ANEEL	360	360
Total	74.138	74.660

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia, na condição de patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para seus participantes, que são representados basicamente pelos empregados da Companhia, destinou no 1º semestre de 2004, a título de contribuição, o montante de R\$6.541 (R\$5.431 no 1º semestre de 2003).

A composição das obrigações oriundas do Benefício Pós-Emprego está assim representada:

Descrição	Curto Prazo	Longo Prazo	30.06.2004 Total	31.03.2004 Total
Empréstimo - Contratonº 09	5.902	34.592	40.494	40.644
Empréstimo - Contratonº 10	10.824	54.329	65.153	63.858
Reserva Matemática a Amortizar	17.427	386.395	403.822	389.715
Valores Correntes a Repassar	4.836	0	4.836	4.878
Plano de Aposentadoria, PDVI 2002 e Assistência Médica	23.065	567.415	590.480	598.009
Total	62.054	1.042.731	1.104.785	1.097.104

Com relação à Reserva Matemática a Amortizar, a Companhia adotou, em 1º de janeiro de 1997, o novo plano de benefícios da Celos, denominado "Plano Misto", prevendo a transferência dos participantes do plano transitório para esse novo plano. As regras de transferência de um plano para outro foram definidas em 31 de dezembro de 1998 pela Companhia, e homologadas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, em 14 de janeiro de 1999, para vigência a partir de 1º de janeiro de 1999. A maior alteração desse plano em relação ao anterior foi a mudança de benefício definido para contribuição definida relativamente aos benefícios programados, gerando um fundo de aposentadoria. A partir de 1º de abril de 1999, iniciou-se o processo de migração voluntária, com encerramento em 31 de março de 2000, e vigência retroativa a 1º de janeiro de 1999, com migração de 98% dos participantes.

Em decorrência desse processo, a Companhia registrou, em 31 de dezembro de 1998, provisão sobre o valor total de reservas a amortizar registradas pela Fundação, que vinha sendo paga por meio de contribuições mensais extraordinárias, no montante de R\$173.812, uma vez que, com o encerramento do plano de benefícios atual, foi necessário liquidá-lo também financeiramente.

Em 30 de novembro de 2001, foi firmado o contrato para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas do saldo consolidado e atualizado de R\$272.796, mantida a incidência de juros de 6% a.a. e atualização pelo IGP-M.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO -- continuação

Com relação ao Plano de Aposentadoria, Assistência Médica e PDVI 2002, e, para fins de atendimento às determinações contidas nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 26, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon, aprovadas pela Deliberação CVM nº 371/2000, a Companhia firmou contrato com a empresa Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuaria e Economia Ltda. para proceder ao levantamento e cálculo das obrigações relativas aos benefícios pós-emprego de responsabilidade da Companhia na data base de 31 de dezembro de 2003.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2004, a Companhia ajustou a posição apresentada em 31 de dezembro de 2003, considerando as variações ocorridas no trimestre, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Plano de Aposentadoria e PDVI 2002	Plano de Assistência Médica	Total
Valor Presente das Obrigações	1.361.869	162.462	1.524.331
Valor Justo dos Ativos	(930.120)	-	(930.120)
Ganhos/Perdas	29.358	(17.393)	11.965
Exigível a Longo Prazo em 31 de dezembro de 2003	461.107	145.069	606.176
Transferência do Longo Prazo para o Curto Prazo	(36.201)	(2.560)	(38.761)
Exigível a Longo Prazo em 30 de junho de 2004	424.906	142.509	567.415
Transferência do Longo Prazo para o Curto Prazo	36.201	2.560	38.761
Amortizações realizadas em 2004	(11.356)	(4.340)	(15.696)
Curto Prazo em 30 de junho de 2004	24.845	(1.780)	23.065

17. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descrição	30.06.2004	31.03.2004
Provisão para Licença-Prêmio e Encargos	22.349	22.786
Provisão para Férias e Encargos	9.674	10.125
Provisão para Gratificação de Férias e Encargos	4.489	5.014
Provisão para Gratificação Anual e Abono Salarial	5.044	5.279
Provisão para Abono Constitucional de Férias e Encargos	5.752	5.222
Provisão para Décimo Terceiro Salário e Encargos	8.320	4.334
Total	55.628	52.760

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. PARCELAMENTO ESPECIAL - PAES

Em 29 de agosto de 2003, a Companhia protocolou pedido de adesão ao Programa PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003. A Companhia incluiu no programa débitos no valor de R\$7.920 relativos a processos referentes à base negativa do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro.

Programa PAES

(-) Amortizações Realizadas em 2003	(643)
(+) Atualização dos Saldos com Base na TJLP	3.047
(+) Ingressos	7.920
(-) Transferência do Programa Refis	13.214
Saldo em 31 de dezembro de 2003	23.538
(-) Amortizações Realizadas em 2004	(1.218)
Saldo em 30 de junho de 2004	22.320

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. Na opinião do Departamento Jurídico, existe possibilidade de condenação em diversos desses processos, para os quais foram constituídas provisões. Parte desses processos estão garantidos por depósitos judiciais, que se encontram registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo. A posição das provisões para contingências está resumida a seguir:

Descrição	31.03.2004		30.06.2004		Saldo	Depósito Judicial
	Saldo	Depósito Judicial	Adições	Baixas		
Trabalhistas	57.766	22.982	1.205	(1.648)	57.323	23.400
Cíveis	34.300	3.504	3.507	(241)	37.566	5.835
Tributária	26.252	-	-	-	26.252	-
Regulatória - ANEEL	14.106	-	-	-	14.106	-
Total	132.424	26.486	4.712	(1.889)	135.247	29.235

As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços.

Especificamente quanto aos processos relativos às Portarias 038 e 045 do DNAEE, inclusos no item Cíveis, que majoraram a tarifa industrial de energia elétrica em 1986, foi constituída provisão no montante de R\$13.386, a qual é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza, em andamento, contra a Companhia. Quanto ao efeito sobre os anos subseqüentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento julgar as possíveis decisões do judiciário, nem mesmo estimar os possíveis efeitos. Portanto, a Companhia não constituiu nenhuma provisão, uma vez que o Departamento Jurídico classifica a probabilidade de perdas nesta matéria como “remota”.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS -- continuação

Estão reconhecidas, na rubrica tributária, as notificações previdenciárias do INSS no valor de R\$26.252 e, em relação às contingências regulatórias, a Companhia reconheceu contabilmente os Autos de Infração emitidos pela ANEEL, no valor de R\$14.106.

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As seguintes obrigações fiscais foram provisionadas, tendo em vista que existem temas relacionados com essas obrigações que ainda estão sendo discutido judicialmente, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31.03.2004	Adições	Baixas	30.06.2004
Utilização de Base Negativa - CS	33.202	-	-	33.202
Imposto de Renda - Plano Verão	5.311	-	-	5.311
IR e CS sobre Lucro de Órgãos Públicos	7.964	1.463	(596)	8.831
Depreciação IPC-BTNF - CS	5.582	-	-	5.582
IRPJ e CSLL sobre o CVA	60.343	26.544	(18.758)	68.129
Total	112.402	28.007	(19.354)	121.055

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição Acionária

O capital social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$696.200, mantendo-se o mesmo valor de 31 de dezembro de 2003. As Ações Preferenciais classe "A" têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos, seguidas pelas Ações Preferenciais classe "B".

A composição acionária está representada conforme o quadro abaixo:

Acionistas	30.06.2004							
	Ordinárias		Preferenciais				Total	
	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
Estado de Santa Catarina	155.820.205	50,2	3.838	-	0	-	155.824.043	20,2
SC Participação e Invest. S.A. - Invesc	91.037.953	29,3	0	-	12.508.762	2,9	103.546.715	13,4
Caixa de Previd. Banco do Brasil - Previ	39.090.810	12,6	0	-	21.275.201	4,9	60.366.011	7,8
Fundação Celesc de Seguridade Social	16.295.847	5,2	0	-	7.000.000	1,6	23.295.847	3,1
Fundação Assis. e Prev. Social - BNDES	3.107.000	1,0	0	-	4.000.000	0,9	7.107.000	0,9
Cia. Desenvolv. Estado SC - Codesc	1.959.533	0,6	0	-	0	-	1.959.533	0,3
Opportunity Fund	1.671.135	0,5	0	-	0	-	1.671.135	0,2
Eletrobrás	84.662	-	0	-	82.855.527	19,1	82.940.189	10,8
BNDES Participações S.A. - Bndespar	0	-	25.461.794	95,7	9.539.397	2,2	35.001.191	4,5
Fundação Petrobrás de Seguridade	0	-	0	-	17.736.558	4,1	17.736.558	2,3
Clube de Investimento DEC	0	-	0	-	9.500.000	2,2	9.500.000	1,2
Fundo de Participação Social	0	-	0	-	8.826.000	2,0	8.826.000	1,1
Itaú Lam Ace Ações	0	-	0	-	5.418.000	1,2	5.418.000	0,7
Outros	1.475.589	0,6	1.129.834	4,3	255.634.170	58,9	258.239.593	33,5
Total	310.542.734	100,0	26.595.466	100,0	434.293.615	100,0	771.431.815	100,0

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição da receita bruta de fornecimento por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Consumidores (*)		MWh (*)		Receita Bruta	
	30.06.2004	30.06.2003	30.06.2004	30.06.2003	30.06.2004	30.06.2003
Residencial	1.487.354	1.436.825	1.600.614	1.611.088	554.395	435.875
Industrial	54.399	55.169	3.203.643	3.052.907	637.305	456.160
Comercial	150.815	146.780	996.522	974.724	312.030	230.095
Rural	207.201	202.090	727.930	670.481	116.550	84.372
Poder Público	15.693	15.279	142.877	137.186	43.019	29.557
Iluminação Pública	304	302	214.274	206.571	39.791	30.805
Serviço Público	1.580	1.512	119.349	117.163	24.640	18.190
Total do Fornecimento	1.917.346	1.857.957	7.005.209	6.770.120	1.727.730	1.285.054
Suprimento de Energia	5	5	132.912	165.109	6.716	7.239

(*) Não auditado

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CVM, pela Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado e das condições pactuadas dos instrumentos financeiros. A Companhia não realizou, até 30 de junho de 2004, operações com características de instrumentos financeiros, na forma definida pela referida Instrução.

Entretanto, cabe destacar, como um instrumento financeiro capaz de produzir efeitos sobre os resultados da Companhia, as operações de compra e venda de energia realizadas no âmbito do MAE, uma vez que os preços apresentam oscilações causadas por um mercado com grande volatilidade e sem regras firmes.

Todos os demais ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras, etc.) não representam desvios significativos entre o valor de mercado e o contábil.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentam saldos e movimentações com o Governo do Estado de Santa Catarina (nota 7), Casan (nota 10) e Celos (nota 16).

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - TAXA EFETIVA

Seguindo orientação contida na NPC nº 25 do Ibracon e na Deliberação nº 273 da CVM, de 20 de agosto de 1998, a Companhia está divulgando a conciliação da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado, conforme segue:

Descrição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2004	30.06.2003	30.06.2004	30.06.2003
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	122.646	64.122	122.646	64.122
Adições e Exclusões de Caráter Permanente				
Doações	255	2	255	2
Realização IPC/BTNF	-	-	6.705	5.437
Multas	12	22	12	22
Patrocínios	-	4	-	4
Efeito Líquido Plano Verão / Lucro Inflacionário	281	-	281	-
Outros	118	35	3	2
Base Tributável	123.312	64.185	129.902	69.589
Alíquota	25%	25%	9%	9%
Total do Exercício	30.828	16.046	11.691	6.263
Outros	135	(711)	259	-
Total no Resultado	30.963	15.335	11.950	6.263

O efeito de alteração da alíquota refere-se ao impacto da realização antecipada de base de contribuição social diferida ativa, originalmente constituída pela alíquota de 8%, porém cuja realização ocorreu em 2001 pela alíquota de 9%.

26. SEGUROS

Os seguros contratados estão de acordo com a política da Companhia com relação à cobertura dos seus ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas.

Riscos	Data da Vigência	Limite Máximo de Indenização ou Limite de Responsabilidade (em mil)	Prêmio
Transporte Aéreo e Terrestre			
Internacional	30/03/2003 a 30/09/2004	US\$2.000	Variável
Nacional	20/03/2003 a 20/09/2004	US\$2.000	Variável
Subestações e Usinas	30/01/2004 a 30/01/2005	R\$10.000	R\$975

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. SEGUROS -- continuação

Subestações e Usinas - Na apólice contratada, foram destacadas as subestações e usinas, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e para equipamentos de informática.

Transporte Aéreo e Terrestre - Visa garantir os danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. O prêmio varia conforme o volume transportado. Os limites máximos de coberturas estão contratados em dólares norte-americanos.

27. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

A Medida Provisória nº 2.198, de 24 de agosto de 2001, criou o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, com o qual objetivou compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções do suprimento. Em média, a redução de energia foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País. Esse Programa vigorou de junho de 2001 até 01 de março de 2002, data em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica. Na Região Sul do País, as concessionárias distribuidoras foram afetadas pela racionalização do uso da energia elétrica, o que resultou em redução voluntária do consumo superior a 10%, principalmente nos meses de maio a agosto de 2001.

Em consequência dessa redução forçada da demanda pela intervenção do Estado, as companhias concessionárias de energia elétrica, tanto geradoras como distribuidoras, tiveram redução de suas margens de lucro, pois as estruturas físicas dessas companhias, bem como a de pessoal, não foram reduzidas na proporção da redução de consumo prevista naquele Programa. Assim, ficaram mantidos os custos fixos e encargos de financiamentos sem a correspondente receita.

Além do Programa de Redução de Consumo, as companhias têm vários pleitos com a ANEEL, visando à recomposição do denominado “equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão”, pois ocorreram vários eventos que, no seu entender, resultaram no desequilíbrio econômico-financeiro desses contratos. Exemplo desses pleitos é o aumento da energia adquirida de Itaipu em razão da desvalorização acentuada do real, ocorrida desde 1999.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO -- continuação

Na tentativa de solucionar a questão, em dezembro de 2001, o governo e as companhias de energia elétrica mantiveram negociações, e após seis meses de interlocução, foi firmado o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica, versando sobre o “equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão” existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (Programa Emergencial).

Esse acordo abrange as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras e geradoras no período de vigência do citado Programa Emergencial e os custos adicionais da denominada “Parcela A” para o período de 01 de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001. Com isso, a Companhia apurou os valores e está adotando as medidas cabíveis para recomposição tarifária em relação aos custos adicionais incorridos com a “Parcela A”, conforme demonstrado na nota 8.

Entre as principais resoluções aprovadas pela Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, destacamos aquela diretamente relacionada com a Companhia:

- a) Recuperação dos custos adicionais incorridos com a “Parcela A”
 - a.1) As variações de custos denominados “Parcela A”, relativas ao período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001, terão tratamento isonômico com o mecanismo contemplado na Medida Provisória nº 2.227, de 04 de setembro de 2001, e serão recuperadas pela da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, a partir de 01 de janeiro de 2004;
 - a.2) Essa recuperação está condicionada à renúncia, pela empresa distribuidora, de todos os pleitos administrativos e judiciais relativos a esses custos do período, compreendidos entre a data de assinatura do Contrato de Concessão até 31 de dezembro de 2000.

A ANEEL homologou, pela Resolução nº 482, os valores referentes à recuperação de custos da “Parcela A” do período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001. A Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, dos valores vigorará pelo período de 16 meses, a partir de janeiro de 2004, conforme determinado na Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. REAJUSTE TARIFÁRIO

A ANEEL publicou a Resolução nº 193, estabelecendo as novas tarifas de fornecimento de energia elétrica que estarão em vigor no período de 7 de agosto de 2004 a 6 de agosto de 2005 na área de concessão da Celesc. As novas tarifas representam um incremento médio de 9,37% aos preços vigentes até 6 de agosto de 2004. Na composição do novo índice, uma parcela de 4,5% é decorrente de processo de revisão tarifária ocorrido neste ano, conforme o Contrato de Concessão assinado entre Celesc e ANEEL. A diferença de 4,87% decorre de custos não gerenciáveis pela Celesc e que, inclusive, já foram incorridos pela Empresa.

Em razão do Decreto nº 4.667/03, o índice de reposicionamento tarifário da Celesc, como ocorreu nas demais concessionárias, será aplicado de forma diferenciada por categoria de consumo. O Decreto estabeleceu as diretrizes para o realinhamento das tarifas com o objetivo de eliminar, gradualmente até 2007, os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. O realinhamento, somado aos efeitos da reestruturação tarifária, deverá resultar em índice diferenciado para cada grupo de consumidor: Alta tensão: 2,3kV (quilovoltes) ou superior (normalmente, indústrias) - 14,24%; e Baixa tensão: abaixo de 2,3kV (quilovoltes) - (consumidor residencial, comércio) - 5,61%.

29. CONCESSÕES

Conforme o Contrato de Concessão nº 56/99, firmado com a ANEEL em 22 de julho de 1999, a Companhia detém a concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica em 257 municípios no Estado de Santa Catarina e um município no Estado do Paraná (Rio Negro). Esse Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015.

Na mesma data de 22 de julho de 1999, foi firmado o Contrato de Concessão nº 55/99, por meio do qual a Companhia obteve a formalização da concessão para geração de energia elétrica das seguintes centrais geradoras hidrelétricas:

Hidrelétricas	Rio	Município	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Bracinho	Bracinho	Schroeder	16,5	03.11.1966	07.11.2016
Caveiras	Caveiras	Lages	4,3	08.07.1968	10.07.2018
Cedros	dos Cedros	Rio dos Cedros	7,4	03.11.1966	07.11.2016
Celso Ramos	Chapecozinho	Faxinal dos Guedes	5,3	22.11.1971	*23.11.2001
Garcia	Garcia	Angelina	8,6	12.03.1957	07.07.2015
Ivo Silveira	Santa Cruz	Campos Novos	2,5	30.10.1964	07.07.2015
Palmeiras	dos Cedros	Rio dos Cedros	24,4	03.11.1966	07.11.2016
Pery	Canoas	Curitibanos	4,4	06.07.1967	09.07.2017
Pirai	Pirai	Joinville	1,4	03.11.1966	07.11.2016
Salto	Itajaí - Açú	Blumenau	6,3	03.11.1966	07.11.2016

* Está em processo de renovação da concessão junto à ANEEL.

Por terem capacidade abaixo de 1MW, as Usinas Rio do Peixe e São Lourenço estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização (art. 8º - Lei 9074, de 07 de julho de 1995).

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Período de 01.01.2004 a 30.06.2004	Período de 01.01.2003 a 30.06.2003 Reclassificado
Lucro do Período	79.733	42.524
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação	42.551	40.510
Custo das Baixas do Ativo Permanente	8.226	6.638
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	72.132	(223)
Provisão / Reversão para Desvalorização de Investimentos Temporários	(3.930)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(12.108)	11.299
Provisão / Reversão para Contingências	7.278	(17.527)
Juros e Variações Monetárias - líquidas	24.309	46.924
	218.191	130.145
Variações no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo		
Consumidores e Revendedores	(65.937)	(33.291)
Títulos a Receber	(19.501)	(42.057)
Impostos a Recuperar	2.145	(4.700)
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A	(54.850)	(23.653)
Depósitos Judiciais	(5.382)	(4.890)
Outras Contas a Receber	(24.886)	10.767
Despesas Antecipadas	629	5.021
Outras	(3.877)	3.871
	(171.659)	(88.932)
Variações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	46.673	(51.995)
Encargos do Consumidor	11.903	4.393
Encargo de Capacidade Emergencial	17.736	(9.223)
Tributos e Contribuições + Refis + Paes	3.362	16.983
Obrigações Fiscais	37.562	5.470
Obrigações Estimadas + Salários e Encargos Sociais	17.476	(5.172)
Benefício Pós-Emprego	(20.939)	2.144
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A	(8.238)	(321)
Outras	11.977	(5.322)
	117.512	(43.043)
Total das Atividades Operacionais	164.044	(1.830)
Atividades de Investimentos		
Investimentos	-	(1.399)
Imobilizado	(102.352)	(47.193)
Obrigações Especiais	2.064	5.849
Total das Atividades de Investimento	(100.288)	(42.743)
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos - líquido	(4.070)	21.359
Pagamento de Dividendos	(20.628)	-
Total das Atividades de Financiamento	(24.698)	21.359
Total dos Efeitos de Caixa	39.058	(23.214)
Saldo Inicial	91.035	80.920
Saldo Final	130.093	57.706
Variação no Caixa	39.058	(23.214)

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

1. INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia no primeiro semestre de 2004 foram de R\$102.352, sendo 116,88% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	30.06.2004	(%)	30.06.2003	(%)	(%)
Geração	442	0,43	190	0,40	132,63
Distribuição	97.006	94,78	46.014	97,50	110,82
Instalação Geral	4.904	4,79	990	2,10	395,35
TOTAL GERAL	102.352	100,00	47.194	100,00	116,88

2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice Bovespa, que mede o desempenho das empresas no mercado acionário, recuou 4,48% neste trimestre. Na trajetória, o Índice das Empresas de Energia Elétrica teve uma variação negativa na ordem de 6,60%. Já as ações Celesc apresentaram desvalorização de 15,31%. O desempenho ruim do mercado acionário foi provocado pela alta expressiva do risco-país, acionada pelo cenário externo devido, sobretudo, à preocupação dos investidores com a alta dos juros básicos nos EUA. A alta dos juros americanos provoca menor disponibilidade de liquidez internacional, afetando as economias emergentes como um todo.

3. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o primeiro semestre de 2004 com um quadro funcional de 3.490 empregados, o que representa redução de 8,57% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.817 empregados), devido a saída dos empregados que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI.

A Companhia realizou, em julho de 2004, concurso público com a finalidade de recomposição do quadro funcional técnico-administrativo. Dos aprovados no concurso foram admitidos, no mês de agosto, 240 empregados.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

4. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

O quadro abaixo apresenta as informações sobre o mercado de energia elétrica por classe de consumo:

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA										
Descrição	2003		2004		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum
					2003	2003	2004	2004	04-03	04-03
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil (Líquido de ICMS)										
Residencial	164.286	359.588	220.120	462.080	33,7%	35,6%	32,9%	34,0%	34,0%	28,5%
Industrial	178.140	340.825	250.055	476.405	36,6%	33,8%	37,3%	35,1%	40,4%	39,8%
Comercial	77.813	171.896	108.889	233.787	16,0%	17,0%	16,3%	17,2%	39,9%	36,0%
Rural	32.531	68.172	44.964	94.121	6,7%	6,8%	6,7%	6,9%	38,2%	38,1%
Poder Público	12.292	24.959	18.861	36.246	2,5%	2,5%	2,8%	2,7%	53,4%	45,2%
Iluminação Pública	11.884	23.244	15.223	30.053	2,4%	2,3%	2,3%	2,2%	28,1%	29,3%
Serviço Público	6.699	13.601	8.967	18.426	1,4%	1,3%	1,3%	1,4%	33,9%	35,5%
Subtotal	483.645	1.002.285	667.079	1.351.118	99,2%	99,3%	99,6%	99,5%	37,9%	34,8%
Suprimento	3.658	7.239	2.946	6.716	0,8%	0,7%	0,4%	0,5%	-19,5%	-7,2%
TOTAL	487.303	1.009.524	670.025	1.357.834	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	37,5%	34,5%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	753.847	1.611.088	770.743	1.600.614	22,4%	23,2%	21,8%	22,4%	2,2%	-0,7%
Industrial	1.535.392	3.052.907	1.636.812	3.203.643	45,6%	44,0%	46,4%	44,9%	6,6%	4,9%
Comercial	447.760	974.724	468.022	996.522	13,3%	14,1%	13,3%	14,0%	4,5%	2,2%
Rural	324.657	670.481	353.242	727.930	9,7%	9,7%	10,0%	10,2%	8,8%	8,6%
Poder Público	64.579	137.186	70.510	142.877	1,9%	2,0%	2,0%	2,0%	9,2%	4,1%
Iluminação Pública	103.719	206.571	107.862	214.274	3,1%	3,0%	3,1%	3,0%	4,0%	3,7%
Serviço Público	56.278	117.163	56.811	119.349	1,7%	1,7%	1,6%	1,7%	0,9%	1,9%
Subtotal	3.286.232	6.770.120	3.464.002	7.005.209	97,7%	97,6%	98,2%	98,1%	5,4%	3,5%
Suprimento	77.280	165.109	64.274	132.912	2,3%	2,4%	1,8%	1,9%	-16,8%	-19,5%
TOTAL	3.363.512	6.935.229	3.528.276	7.138.121	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	4,9%	2,9%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	217,93	223,20	285,59	288,69	151,6%	154,4%	151,1%	152,5%	31,0%	29,3%
Industrial	116,02	111,64	152,77	148,71	80,7%	77,2%	80,8%	78,6%	31,7%	33,2%
Comercial	173,78	176,35	232,66	234,60	120,9%	122,0%	123,1%	123,9%	33,9%	33,0%
Rural	100,20	101,68	127,29	129,30	69,7%	70,4%	67,3%	68,3%	27,0%	27,2%
Poder Público	190,34	181,94	267,49	253,69	132,4%	125,9%	141,5%	134,0%	40,5%	39,4%
Iluminação Pública	114,58	112,52	141,13	140,26	79,7%	77,9%	74,6%	74,1%	23,2%	24,6%
Serviço Público	119,03	116,09	157,84	154,39	82,8%	80,3%	83,5%	81,6%	32,6%	33,0%
Subtotal	147,17	148,05	192,57	192,87	102,4%	102,4%	101,9%	101,9%	30,8%	30,3%
Suprimento	47,33	43,84	45,84	50,53	32,9%	30,3%	24,2%	26,7%	-3,2%	15,2%
TOTAL	143,79	144,52	189,07	189,28	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	31,5%	31,0%

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

5. BALANÇO ENERGÉTICO

O montante de energia requerida pelo sistema Celesc, no 1º semestre de 2004, foi de 7.678GWh, dos quais 221GWh (2,9%) foram produzidos pelas usinas próprias, e o restante, por terceiros.

A Tractebel continua sendo a maior supridora de energia, representando cerca de 50% do volume total de energia adquirida. O montante adquirido compulsoriamente de Itaipu representa 20% da energia comprada. A Copel e outros agentes do mercado complementam as necessidades do sistema Celesc.

As perdas técnicas e comerciais atingiram, no 1º semestre de 2004, 533GWh, equivalente a 6,9% do total de energia requerida, apresentando um acréscimo de 25,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de 425GWh. Nos últimos doze meses, tais perdas acumulam 7,5%.

6. INGRESSO DE RECURSOS

No primeiro semestre de 2004, não houve ingresso de recursos. O mesmo não aconteceu em igual período do ano anterior, em que o ingresso foi da ordem de R\$14,15 milhões referentes aos empréstimos e financiamentos junto a Eletrobrás, do programa nacional de eletrificação rural “Luz no Campo” e do estabelecimento de novos critérios de consumidores integrante da Subclasse Residencial Baixa Renda.

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Celesc encerrou o primeiro semestre de 2004 com lucro líquido de R\$79.733, representando variação positiva de 87,5% quando comparado ao lucro registrado em igual período do ano anterior (R\$42.524), resultando em rentabilidade positiva de 10,3% sobre o Patrimônio Líquido declarado em 30 de junho de 2004.

Neste mesmo período, as receitas líquidas de vendas e/ou serviços atingiram o montante de R\$1.244.329, representando aumento de 29,8% se comparado com igual período do ano anterior (R\$958.877). Esse acréscimo resultou basicamente do crescimento de receita de vendas por classe de consumo, líquidas de ICMS, (34,8%), bem como aumento do consumo (3,5%), reajustes tarifários ocorridos em agosto de 2003 (Resolução ANEEL nº 393/2003) e a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, em janeiro de 2004.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO -- continuação

O resultado do serviço foi de R\$111.262, sendo 17,9% inferior ao registrado em igual período do ano anterior (R\$135.512), devido, principalmente, ao aumento das Despesas Operacionais (37,6%), com destaque para o aumento de Provisões Operacionais (PDD e outras) (538,6%), e na Conta Consumo de Combustíveis - CCC (373,6%).

Quanto ao resultado financeiro de R\$2.207, este apresentou acréscimo de 103%, se comparado a igual período do ano anterior (R\$74.047 negativo), decorrente da atualização pela Selic dos valores que compoem a Conta de Compensação da Variação de Valores de Itens da Parcela "A" - CVA, influenciando diretamente nas receitas financeiras. Também outro fator que influenciou o resultado financeiro foi a redução de 31,6% das despesas financeiras de R\$85.307 (R\$124.782, em 30 de junho de 2003), tendo como destaque a redução de 27,8% na rubrica Reserva Matemática a Amortizar, de R\$38.880 (R\$53.883, em 30 de junho de 2003) e da variação monetária incidente sobre as dívidas vinculadas ao INPC/IGPM.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00246-1	CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM		01
2 - Nº ORDEM		000001
3 - Nº REGISTRO NA CVM		SEP/GEP/DCA-94/007
4 - DATA DO REGISTRO CVM		19/12/1994
5 - SÉRIE EMITIDA		UN
6 - TIPO DE EMISSÃO		CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO		PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO		01/11/1994
9 - DATA DE VENCIMENTO		01/11/2004
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE		FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE		95% DI EXTRA OVER CETIP
12 - PRÊMIO/DESÁGIO		0
13 - VALOR NOMINAL (Reais)		1.091,21
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)		30.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)		30.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)		0
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)		28.280
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)		0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)		1.720
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)		0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO		01/11/2002
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO		01/11/2004

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

INDICADORES FINANCEIROS

- PATRIMONIAIS

Itens	Unidade	jun/04	mar/04	jun/03
Valor Patrimonial da ação (Por ação)		1,10	1,08	0,87
Valor de Mercado da ação (Por ação)	ON	0,80	0,80	0,69
	PN	0,83	0,81	0,46

- LIQUIDEZ (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	jun/04	mar/04	jun/03
Liquidez Corrente	índice	1,26	1,27	1,19
Liquidez Geral	índice	0,84	0,84	0,67

- ENDIVIDAMENTO (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	jun/04	mar/04	jun/03
Ativo Total	%	65,91	66,32	66,75
Patrimônio Líquido	%	246,28	251,97	264,24
Ativo Permanente	%	146,70	148,77	133,55

- RENTABILIDADE (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	jun/04	mar/04	jun/03
Patrimônio Líquido	%	10,30	6,96	6,67
Imobilizado	%	5,94	4,10	3,39
Margem Operacional Líquida	%	6,41	8,50	4,43
Ativo	%	2,50	1,71	1,58

- EBITDA ou LAJIDA

	Unidade	jun/04	mar/04	jun/03
	%	18,64	22,30	16,86

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

- EFICIÊNCIA

Itens	Unidade	jun/04	Jun/03
MWh / Empregado	MWh	2.007,22	1.773,68
Consumidores / Empregado	Nº	549	487

- QUALIDADE DE ATENDIMENTO

Itens	Unidade	jun/04	jun/03
Tempo Médio de Atendimento a Interrupções	horas	1:42	1:45
Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor	horas	8,92	8,59
Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor	Nº	6,34	7,77

TARIFA MÉDIA
 R\$/MWh

Descrição	Líquido de ICMS	
	jun/04	jun/03
Industrial	148,71	111,64
Residencial	288,69	223,20
Comercial	234,60	176,35
Rural	129,30	101,68
Outros	177,81	134,09
Tarifa média	192,87	148,05

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

**POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM
 30.06.2004**

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações PNA		Ações PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
	Estado de Santa Catarina	155.820.205	50,18	3.838	0,01	0	-	155.824.043
Santa Catarina Participações e Investimentos S/A - Invesc	91.037.953	29,32	0	-	12.508.762	2,88	103.546.715	13,42
Caixa de Previdência do Banco do Brasil - Previ	39.090.810	12,59	0	-	21.275.201	4,90	60.366.011	7,83
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	16.295.847	5,25	0	-	7.000.000	1,61	23.295.847	3,02
Outros Acionistas	8.297.919	2,66	26.591.628	99,99	393.509.652	90,61	428.399.199	55,53
Total	310.542.734	100,00	26.595.466	100,00	434.293.615	100,00	771.431.815	100,00

Acionistas da Santa Catarina Participação e Investimentos S/A – INVESC em 30.06.2004
 (Possui Capital dividido somente em ações ordinárias)

Nome	Quantidade de Ações	%
Estado de Santa Catarina	199.000	99,50
Companhia de Desenv. do Estado de SC - CODESC	1.000	0,50
Total	200.000	100,00

Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal em 30.06.2004

	Ações Ordinárias ON	Ações Preferenciais		Total
		PNA	PNB	
		CONTROLADOR	265.113.538	
Governo do Estado de Santa Catarina	155.820.205	3.838	0	155.824.043
Santa Catarina Participações e Investimentos S/A - Invesc	91.037.953	0	12.508.762	103.546.715
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	16.295.847	0	7.000.000	23.295.847
Companhia de Desenv. do Estado de SC - CODESC	1.959.533	0	0	1.959.533
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	0	8	2	10
DIRETORIA EXECUTIVA	0	0	0	0
CONSELHO FISCAL	0	0	0	0

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal em 30.06.2003

	Ações Ordinárias ON	Ações Preferenciais		Total
		PNA	PNB	
CONTROLADOR	264.811.538	3.838	35.235.062	300.050.438
Governo do Estado de Santa Catarina	155.820.205	3.838	0	155.824.043
Santa Catarina Participações e Investimentos S/A - Invesc	91.037.953	0	12.508.762	103.546.715
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	15.993.847	0	22.726.300	38.720.147
Companhia de Desenv. do Estado de SC - CODESC	1.959.533	0	0	1.959.533
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	0	10	1	11
DIRETORIA EXECUTIVA	0	1	0	1
CONSELHO FISCAL	0	0	0	0

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30.06.2004

	Quantidade de Ações (unidade)				
	Ordinárias	Preferenciais Classe "A"	Preferenciais Classe "B"	Total	Percentual
Capital Social (ações)	310.542.734	26.595.466	434.293.615	771.431.815	100,00%
Ações em Circulação	45.429.196	26.591.628	414.784.853	486.805.677	63,10%

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais - (ITR) da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2004, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Nossa revisão especial foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.

3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais - (ITR) acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - (ITR).

4. As informações suplementares contidas na demonstração do fluxo de caixa, divulgadas na nota explicativa nº 30, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, e não são requeridas como parte das Informações Trimestrais - (ITR). Referidas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de quaisquer modificações relevantes que devam ser feitas para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas, em relação às Informações Trimestrais - (ITR) tomadas em conjunto.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7.i), a Companhia mantém crédito a receber do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$35.068 mil, decorrente de empréstimos concedidos nos exercícios de 1985 e 1986, cuja realização depende da capacidade da Companhia em obter lucros que permitam a compensação com dividendos atribuíveis ao Estado ou renegociar novas condições para o recebimento.

00246-1 CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia mantém investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan, registrado no ativo realizável a longo prazo, no montante de R\$110.728 mil, sobre o qual vem sendo calculada e constituída provisão para desvalorização que, em 30 de junho de 2004, atinge R\$25.272 mil. Em face das dificuldades de determinar qual o valor de mercado do referido investimento temporário, a administração vem adotando como premissa para o cálculo da provisão para desvalorização, a aplicação do percentual de participação no capital daquela empresa sobre os resultados por ela apurados. Devido a indisponibilidade de informações relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2004, a provisão para desvalorização apresentada, foi constituída com base nos resultados apurados no trimestre findo em 31 de março de 2004.

7. As Informações Trimestrais – (ITR), referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2004 e 30 de junho de 2003, apresentados para fins de comparação, foram objeto de revisão conduzida sob nossa responsabilidade, Nosso Relatório sobre a revisão especial do trimestre findo em 31 de março de 2004, datado de 20 de maio de 2004, foi emitido contendo: (a) parágrafo de ênfase quanto ao registro de valores a pagar relativos a transações de compra e venda de energia elétrica no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, por estarem sujeitos a alterações dependendo de processos judiciais então em andamento. Face a apuração dos valores de forma definitiva, esta ênfase não é mais requerida; e, (b) parágrafos de ênfase quanto aos mesmos assuntos descritos no quinto e sexto parágrafos. Nosso relatório sobre a revisão especial das Informações Trimestrais – (ITR) de 30 de junho de 2003, datado de 08 de agosto de 2003, foi emitido contendo: (c) ressalva quanto à limitação da aplicação de procedimentos de auditoria que nos permitissem formar juízo quanto à razoabilidade dos saldos apresentados sob a rubrica “Títulos a Receber”. Tendo em vista a conclusão do processo de conciliação dos saldos contábeis com os controles auxiliares, referida ressalva não é mais requerida; (d) parágrafo de ênfase quanto ao mesmo assunto descrito em (a); e, (e) parágrafos de ênfases quanto aos mesmos assuntos descritos no quinto e sexto parágrafos.

Florianópolis (SC), 12 de agosto de 2004.

Boucintas & Campos + Soteconti
Auditores Independentes S/S
CRC 2SP 005.528/O-2 S-SC

Mário José Antunes
Contador
CRC 1RJ 050.365/T-O S-SC